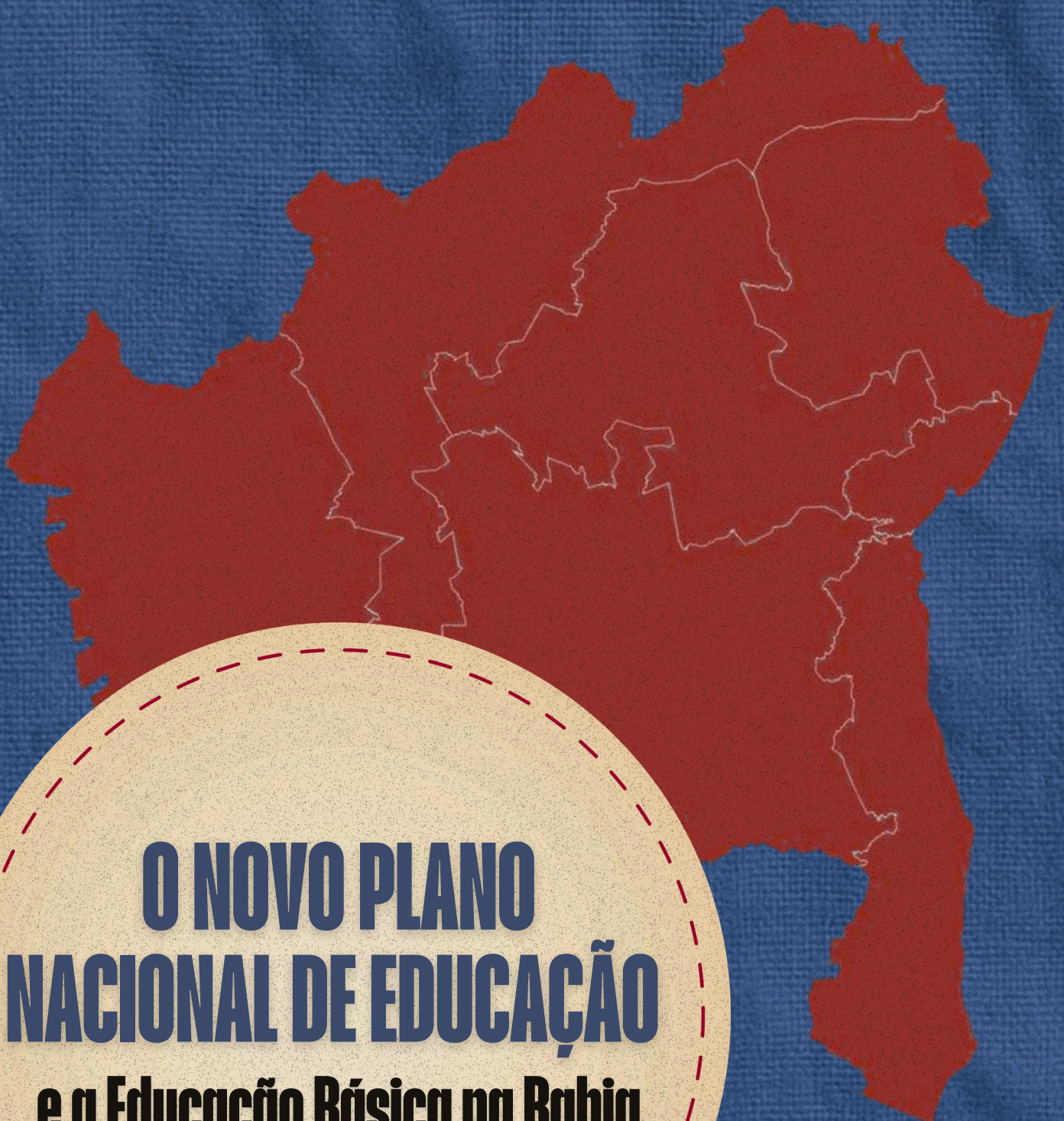


O NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

e a Educação Básica na Bahia

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA

COORDENAÇÃO E MEDIAÇÃO

Acadêmica Maria Thereza Marcílio — Academia de Ciências da Bahia

Acadêmica Nádia Fialho — Academia de Ciências da Bahia / Fórum Estadual de Educação da Bahia

PARTICIPANTES

Marcele Frossard — Campanha Nacional pelo Direito à Educação

José Marcelino de Rezende Pinto — Universidade de São Paulo (USP)

João Danilo — Fórum Estadual de Educação da Bahia / Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Maria Aparecida Menezes — Observatório de Indicadores Educacionais do Território do Sisal

REVISÃO FINAL

Nádia Fialho — Academia de Ciências da Bahia

Maria Thereza Marcílio — Academia de Ciências da Bahia

Maria Aparecida Menezes

José Marcelino de Rezende Pinto

Produção Técnica: **Karina de Souza Costa**

Diagramação: **Nathan Santos Batista**

Editor-chefe: **Manoel Barral Netto** - Presidente da Academia de Ciências da Bahia

O registro do evento pode ser recuperado na íntegra no YouTube:



CLIQUE AQUI!

A transcrição foi realizada com o Transkriptor rígida e reorganizada por temas para facilitar a leitura, eliminando repetições, marcas de oralidade e coloquialismos, sem alterar as ideias e a voz dos participantes pela Claude ai da Anthropic. Todas as apresentações, falas de abertura, exposições dos palestrantes, perguntas do público e respostas foram preservadas. As referências bibliográficas e legislativas mencionadas ao longo do evento foram padronizadas conforme a norma ABNT NBR 6023 e reunidas ao final do documento.

Acesso em: https://www.youtube.com/live/GhkhTXg5kkQ

SUMÁRIO

1. Abertura e apresentação..... 5

2. O Novo Plano Nacional de Educação 2026-2036: Avanços, Retrocessos e Desafios..... 7

2.1 Avanços e retrocessos do PNE 2026-2036..... 7
2.2 Potenciais melhorias e pontos de resistência..... 8
2.3 Importância dos planos subnacionais..... 9

3. O Financiamento da Educação Básica: Dados, Metas e o Custo Aluno-Qualidade..... 10

3.1 Por que um plano precisa de dinheiro..... 10
3.2 O Custo Aluno-Qualidade (CAQ)..... 12
3.3 Quanto o Brasil gasta em educação..... 12
3.4 Uma simulação de escola de qualidade..... 13
3.5 Possíveis fontes de financiamento..... 14
3.6 Indicadores da Bahia..... 15

4. A Construção do Plano Estadual de Educação da Bahia..... 16

4.1 Educação como projeto de sociedade..... 16
4.2 Quatro pilares do Plano Estadual..... 17
4.3 Estrutura institucional do plano..... 18
4.4 O processo de construção do novo Plano..... 19

5. O Observatório de Indicadores Educacionais do Território do Sisal..... 21

5.1 Contexto e metodologia..... 21
5.2 Diagnóstico da dimensão financiamento..... 22
5.3 Considerações finais do diagnóstico..... 24

6. Perguntas do Público e Respostas..... 26

7. Considerações Finais e Encerramento..... 27

8.Referências..... 30

ABERTURA E APRESENTAÇÃO



Prof. Manoel Barral Netto (presidente da ACB)

É um prazer abrir mais uma atividade da Academia de Ciências da Bahia dedicada ao tema da educação. O tema é caro à Academia: em praticamente todos os últimos anos houve pelo menos uma atividade sobre Educação, em diferentes formas e níveis, sempre com boa audiência dentro do público acadêmico. O entendimento da Academia é que não existe boa ciência sem boa educação — se não cuidarmos da educação, o futuro científico do país fica comprometido.

A Academia de Ciências da Bahia é também caracterizada pela concepção do professor Roberto Santos, presidente honorário *in memoriam* e fundador da Academia, que — como já pensava Edgar Santos, seu pai — a via como uma instituição de cultura como um todo: uma academia de pesquisadores muito mais ampla do que a ciência *scricto sensu*, que inclui também as artes.

Agradeço às acadêmicas Maria Thereza Marcílio e Nádia Fialho por coordenarem e prepararem esta atividade, e aos convidados que colaboram com a Academia nesta manhã: as doutoras Maria Aparecida Menezes e Marcele Frossard, os professores José Marcelino de Rezende Pinto e professor João Danilo. Para não tomar mais tempo das apresentações, passo a palavra à acadêmica Maria Thereza para dar início às atividades.



Profa. Maria Thereza Marcilio

Bom dia a todos e todas acadêmicos e acadêmicas, membros da Academia de Ciências da Bahia e demais participantes. Este seminário foi pensado e organizado em conjunto com a colega Nadia Fialho, dentro da proposta do presidente de abordar temas que convoquem a sociedade brasileira à discussão e ao entendimento.

O webinário pretende situar o novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026-2036, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, e também apresentar o processo de construção do Plano Estadual de Educação da Bahia. É importante reconhecer a relevância dos planos de educação para a construção e implementação de políticas públicas na área, como instrumentos orientadores de planejamento, monitoramento e avaliação nas diferentes instâncias federativas.

Esse reconhecimento ganha ainda mais importância ao constatarmos que, desde o primeiro plano, em 1962 — com o ilustre conterrâneo Anísio Teixeira à frente —, houve várias interrupções e retomadas, estas, fruto também da mobilização e da luta da sociedade civil.

Passo a palavra à professora Nádia, que vai abordar a questão do Plano Estadual, e depois teremos a fala de nossos convidados.



Profa. Nádia Fialho

Bom dia a todos e a todas, inclusive aos que posteriormente acessarão esta gravação. É com grata satisfação que, mais uma vez, assumimos uma atividade junto à Academia de Ciências da Bahia, desta vez para tratar do panorama educacional da Bahia e do novo Plano Estadual de Educação.

Como já referido pela professora Thereza, os descompassos nas decisões sobre a questão educacional no Brasil são graves: o plano nacional tardou muito em sua formulação e implantação, assim como a lei do Sistema Nacional de Educação só foi instituída recentemente. A Bahia espelha essa mesma dimensão.

No caso específico do estado, a Bahia está na fase de elaboração do segundo Plano Estadual de Educação, que mobiliza 417 municípios com seus respectivos planos municipais. Além de minha inserção na Academia de Ciências da Bahia, atuo também no Fórum de Educação do Estado, instância central no processo de formulação, monitoramento e avaliação das metas do plano. Portanto, esta manhã será muito importante para discutir as questões da ciência e da educação, à luz de informações qualificadas e de políticas públicas.



Profa. Maria Thereza Marcilio

Vamos dar início com Marcele Frossard, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, grande mobilizadora e articuladora na concepção e aprovação dos planos nacionais de educação. Marcele é coordenadora de programas e políticas da Campanha e abordará hoje o contexto de elaboração e aprovação do novo PNE, evidenciando avanços e retrocessos em relação ao plano anterior, e a relação deste com os planos estaduais.

Marcele é doutora e mestre em Ciências Sociais e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisadora nas áreas de sociologia da educação, da violência e da juventude, e de políticas públicas.

O NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2026-2036: AVANÇOS, RETROCESSOS E DESAFIOS

*Apresentação de **Marcele Frossard**, coordenadora de programas e políticas da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.*

Marcele Frossard — Bom dia. Agradeço o convite da Academia de Ciências da Bahia e cumprimento todos os participantes. Minha fala tratará do novo Plano Nacional de Educação, da participação da Campanha nesse processo e da relação do plano com os planos estaduais e municipais.

O novo PNE é uma grande conquista da sociedade civil e do campo da educação de maneira geral, articulada por meio de ampla mobilização ao longo de todo o processo legislativo. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação acompanhou esse processo desde o início, produzindo notas técnicas e cartas que documentam sua atuação — a primeira delas de julho de 2024, a mais recente publicada em junho de 2026, intitulada Guia para a Construção dos Novos Planos Subnacionais de Educação e Balanço de Avanços, Lacunas e Retrocessos do Novo Plano em Relação ao Plano 2014-2024.

Avanços e retrocessos do PNE 2026-2036

Cerca de 70% das emendas apresentadas pela Campanha foram incorporadas ao texto final resultado da pressão e da força das organizações — uma vitória expressiva da sociedade civil. Em síntese, o novo plano resulta do gerenciamento, pelo governo federal, de três forças em disputa: as fundações empresariais e a presidência da comissão especial do PNE, a extrema direita no Congresso Nacional, e as organizações e movimentos do campo do direito à educação. Diante de um Congresso pouco favorável à atualização proposta pelo documento da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2024, o governo optou por um caminho de consensualismo — não pelo plano necessário, mas pelo plano possível.

Entre os avanços, o novo PNE trouxe ganhos em equidade, desigualdades educacionais, distribuição federativa e educação ambiental (objetivo 8), além de questões relacionadas à infraestrutura escolar e ao padrão de qualidade da oferta educacional, com referência ao Custo Aluno-Qualidade (CAQ). Também avançou ao detalhar, de forma mais organizada, temas como educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação especial e inclusiva.

Entre os retrocessos, houve o apagamento das pautas de sexualidade e identidade de gênero, educação em direitos humanos, relações étnico-raciais e educação anticapacitista — diluídas em terminologia genérica -diversidade- associada à Base Nacional Comum Curricular. Houve também abertura de brechas para processos de privatização, sobretudo na educação infantil com sugestão de formação de parcerias público-privadas (PPP) e repasse direto de recursos públicos a instituições privadas e no ensino superior, e a exclusão da diversidade de gênero e orientação sexual em todo o texto. Houve também a redução do prazo de alfabetização do terceiro ano do Ensino Fundamental para o segundo e no Ensino Médio o alinhamento ao Novo Ensino Médio.

Potenciais melhorias e pontos de resistência

- Inclusão da interseccionalidade e da intersetorialidade como abordagens para o enfrentamento dos problemas educacionais em cada território;
- Aprovação do Sistema Nacional de Educação, com discussão sobre a responsabilidade de cada ente federativo;
- Inclusão da promoção do desenvolvimento socioambiental, cultural, tecnológico e econômico;
- Inclusão da participação social como princípio do planejamento educacional, garantindo a gestão democrática;
- Garantia do direito humano à liberdade religiosa, incluindo a proteção à liberdade de consciência e de crença.

Entre os pontos que tendem a sofrer resistência: a liberdade de cátedra, a plena gratuidade, a superação do racismo, o princípio da gestão democrática, o princípio de não retrocesso em direitos humanos, a previsão de revisão das metas e de encaminhamento do projeto de lei do plano subsequente, e a validade do plano até 31 de dezembro do décimo ano de vigência.

Importância dos planos subnacionais

O momento atual é uma janela de participação democrática em que estados e municípios podem desenvolver seus planos conforme as especificidades de seus territórios. Fóruns estaduais e municipais e conselhos de educação são instâncias fundamentais de chamamento da comunidade local para a elaboração desses planos.

A Campanha tem enfatizado a importância do diagnóstico prévio antes da elaboração dos planos subnacionais, de modo a identificar lacunas não cobertas pelo plano anterior, identificando-as por áreas a exemplo de financiamento, investimentos em infraestrutura, valorização docente e atentar para um olhar mais cuidadoso sobre a educação indígena, quilombola, do campo. Para isso, recomenda-se o uso de dados públicos do INEP e do IBGE, permitindo filtros por população e por censo educacional adequados ao contexto local.

A última nota técnica da Campanha apresenta, para cada etapa de ensino, as potenciais melhorias, os pontos de resistência e os riscos de retrocesso, em leitura comparativa com o plano anterior.

Por fim, é essencial garantir a gestão democrática pela participação social e a escuta dos estudantes na elaboração dos planos, para que também se tornem multiplicadores desse processo formativo.

Profa. Maria Thereza – Agradeço, Marcele, penso que você fez uma síntese muito eficiente do que são avanços, retrocessos e pontos de atenção o que nos dá um quadro muito completo do que pode ser o novo plano.

Profa. Nadia Fialho – Vamos agora a um aprofundamento na questão do financiamento com a participação de um dos maiores especialistas na área com uma atuação profissional, acadêmica e política com incidência na discussão do FUNDEB e na possibilidade de avanços em relação a novas fontes de receitas, além de uma crítica à maneira como historicamente tem se processado a destinação de recursos à educação.

O Professor José Marcelino de Rezende Pinto tem uma trajetória acadêmica e também junto a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e atua junto ao Parlamento. Ele é graduado em Física pela USP, doutorado pela UNICAMP e é professor da USP.

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: DADOS, METAS E O CUSTO ALUNO-QUALIDADE

*Apresentação do professor **José Marcelino de Rezende Pinto**, com larga experiência em análise de gestão de sistemas de ensino e elaboração de políticas educacionais.*



Prof. José Marcelino de Rezende Pinto — Bom dia. Agradeço o convite e cumprimento os colegas, na terra de Anísio Teixeira, grande referência para todos nós, idealizador da Escola Parque, projeto revolucionário. Ele também foi um batalhador pelo financiamento e foi influenciado pelo modelo dos conselhos escolares (school boards) dos Estados Unidos, em que o conselho é gestor: define a aplicação dos recursos e escolhe o secretário de educação. Já os conselhos do Fundeb no Brasil, incluindo o Conselho da União — do qual faço parte, têm pouco poder: o Conselho da União, por exemplo, não emite sequer parecer sobre as contas.

Vou falar sobre financiamento — sem dinheiro não há como atingir as metas de nenhum plano. Tendemos a ser generosos nas metas, mas, na hora do financiamento, a coisa costuma não andar.

Por que um plano precisa de dinheiro

Um plano de educação sempre envolve dois vetores que demandam recursos: a ampliação da matrícula e a melhoria da qualidade. O novo PNE prevê cobertura de 60% na faixa de 0 a 3 anos (creche), ante 50% do plano anterior e 37% hoje efetivamente atendidos — um avanço expressivo em relação aos 13% do início do primeiro PNE, no governo Fernando Henrique Cardoso. Isso representa quase três milhões de matrículas adicionais na creche, etapa de maior custo por aluno, dado o menor número de crianças por professor e a jornada em torno de dez horas diárias, alimentação e espaços adequados, sem esquecer que a educação infantil é responsabilidade do município, o ente federado com menos recursos. Este é um dos gargalos.

Outro gargalo é a universalização do atendimento de 4 a 17 anos — obrigatório desde 2016, mas ainda com mais de um milhão de crianças e jovens fora da escola, portanto ainda não resolvemos a questão legal da obrigatoriedade da educação básica.

Outro enorme desafio é a Educação de Jovens e Adultos (EJA) que está sendo praticamente extinta no Brasil, o Brasil de Paulo Freire, apesar da demanda que persiste e se torna cada vez mais jovem pelo fato de muitos que passam pela escola e não conseguem concluir a escolarização obrigatória. Isso se dá por ser uma escola hostil aos pobres, aos negros e que ignora a população do campo.É importante lembrar da constatação, em estudos e pesquisas, de que o sucesso das crianças na escola é profundamente influenciado pela escolaridade dos pais; desta forma se queremos melhorar o desempenho das crianças, e não só nos testes que são um retrato muito pobre da qualidade da educação, é necessário assegurar a educação dos adultos, a EJA é a educação dos pais de nossas crianças. O processo de extinção da EJA que vem se desenvolvendo tem a política de fundos como a grande responsável: ao distribuir um total fixo de recursos, se há um aumento das matrículas, consequentemente se reduz o valor por aluno, o que incentiva o fechamento da EJA.

Algo semelhante ocorre com as escolas rurais que atendem grupos pequenos de alunos, para reduzir os custos há o fechamento de escolas com nucleação ou transporte para as cidades e daí, muitos estudantes deixam de frequentar as aulas e ficam para trás e acabam se tornando os alunos da EJA de amanhã. Então a EJA que se previa não ser mais necessária um dia, ela está acabando não por falta de demanda, estimada em 10 milhões, mas pela negação do atendimento o que equivale à negação de um direito previsto na Constituição.

A educação profissional também é um gargalo: fora a rede federal que tem exemplos de excelente qualidade, tem o chamado Sistema S, que é um sistema privado, mas movimenta cerca de 30 bilhões de reais por ano em recursos públicos — e ainda cobra pelos seus cursos. Como Marcele falou, a entrada do setor privado na educação foi fortalecida pelo atual Fundeb que ampliou a possibilidade de convênios dos estados com o Sistema S.

Já a educação superior é marcada por forte privatização: tivemos no período entre 2004 e 2016 a duplicação de matrículas no ensino superior público e a criação de Institutos Federais com a criação de licenciaturas em Física e Química, áreas com carência de professores. Hoje, apenas dois em cada dez estudantes brasileiros estão em instituição pública, contra 70% de matrícula pública nos Estados Unidos. Somando-se a isso, a rede privada oferece cerca de quatro milhões de vagas por ano em licenciatura a distância — muito mais do que o sistema poderia absorver —, o que tende a formar professores propensos a aceitar baixos salários e condições precárias. Essa é uma trava para o avanço da educação pública no Brasil.

O Custo Aluno-Qualidade (CAQ)

Pensar em plano de educação significa pensar em acesso (matrícula) e qualidade. Quem formulou essa equação foi a Campanha: a construção do Custo Aluno-Qualidade é uma luta da Campanha Nacional pelo Direito à Educação desde 2002, prevista desde a Emenda Constitucional nº 14, que criou o Fundef, com prazo original de implementação em 2001.

O plano anterior já havia adiado esse prazo para 2016; o novo PNE o posterga para 2036 — um atraso de 25 anos. O CAQ já está na Constituição e todos os elementos estão definidos: Condições de oferta (laboratórios, bibliotecas, parque infantil...), valorização dos profissionais, limites de aluno por turma, recursos para projetos pedagógicos, alimentação e transporte. Todos os elementos técnicos para a construção do CAQ já estão disponíveis, não havendo mais justificativa para novos adiamentos.

Quanto o Brasil gasta em educação

Quando se fala em qualidade, a pergunta a ser feita é: a qualidade da educação no Brasil é adequada? E a resposta é que na educação superior pública até que sim, com a ressalva de que ela ainda é para poucos, mas na educação básica a resposta é não. E nesse assunto, é comum o discurso de que o Brasil já gasta em educação proporção semelhante à dos países ricos, medida em percentual do PIB — hoje cerca de 5%, ante uma média de 6% nos países ricos. Mas essa comparação é enganosa, pois os PIB *per capita* são muito diferentes.

Ao comparar o gasto por aluno em paridade de poder de compra, o Brasil gasta menos de 3.600 dólares por ano, ante quase 11 mil dólares na média da OCDE — praticamente um terço. Países como Coreia do Sul e Finlândia gastam de três a quatro vezes mais por aluno. Se quisermos, portanto, usar esta comparação temos que investir muito mais por aluno.

Um outro aspecto, não menos importante é que o desempenho em avaliações como o PISA está fortemente associado ao nível socioeconômico das famílias e à desigualdade do país. O Brasil combina baixo gasto por aluno com uma das maiores desigualdades do mundo — inclusive na distribuição de terras, com o agronegócio pouco tributado em comparação, por exemplo, à tributação sobre veículos. A conclusão é: se quisermos melhorar o nível do desempenho é preciso investir mais em educação e mais na superação das desigualdades históricas.

Uma simulação de escola de qualidade

Numa simulação de uma escola de qualidade — com 9 turmas, professor com salário de R$ 8.000 mensais, 20 alunos por turma e jornada de sete horas diárias — o custo mensal por aluno chegaria a R$ 1.565, valor ainda inferior ao de uma escola privada de classe média que não tem essas características. Extrapolando esse padrão para toda a educação básica brasileira, inclusive para os que estão ainda fora do sistema, o investimento necessário seria de 8,9% do PIB; somando-se 2% do PIB para a educação superior (dobrando a matrícula atual), chega-se a um patamar de quase 11% do PIB, acima inclusive do previsto no atual PNE. É possível concluir, então, que fazer uma escola de qualidade como a simulada não significa extrapolar o que já se admitiu como sendo o necessário.

O percentual do PIB para a educação remonta ao PNE de 2001, que previa 7% do PIB e foi vetado por Fernando Henrique Cardoso sob o argumento de ausência de previsão constitucional — previsão que depois foi incluída no artigo 214 da Constituição Federal.

O PNE 2014-2025 estabeleceu a meta de 10% do PIB, com o CAQ previsto para 2016; nenhuma das duas metas foi cumprida. O novo PNE repete a meta de 10% do PIB, mas a posterga para o final da década (2036), e não faz mais referência a investimento público em educação pública e sim em educação, o que fragiliza a educação pública; esubstitui a referência a investimento público em educação pública por um indicador de investimento por aluno como percentual do PIB per capita equivalente à média dos países da OCDE — indicador que pouco significa dada a grande diferença entre os PIB per capita dos países comparados. O CAQ, cuja previsão inicial era 2001, também vai para 2036.

Segundo o monitoramento do INEP, o gasto público em educação como percentual do PIB tem oscilado em torno de 5%, tendo caído para cerca de 4,5% em 2021 — justamente durante a pandemia, quando deveria ter sido ampliado. Quanto à distribuição do esforço entre entes federativos, a União — que mais arrecada — é a que menos contribui, com algo entre um quinto e um quarto do gasto público total em educação, ficando em torno de 1% do PIB nos últimos anos.

Possíveis fontes de financiamento

Com base em estudo do IPEA (Jorge Abrahão de Castro) e no documento da CONAE, coordenado na parte de financiamento pelo então presidente da Fineduca, Nelson Cardoso do Amaral, foram apontadas possíveis fontes adicionais de recursos: o Brasil gasta 7% do PIB em juros da dívida pública — recursos que se concentram em poucas famílias —, e deixa de arrecadar cerca de 5% do PIB por ano em renúncias fiscais diversas, incluindo benefícios da Zona Franca de Manaus e deduções do imposto de renda com educação e saúde privadas, além de isenções concedidas por estados a grandes empresas. Outras possíveis fontes de recurso são:

- Ampliação da receita de impostos já existentes;
- Redução da taxa de juros;
- Captação de recursos de agências de fomento;
- Receitas públicas advindas não só do pré-sal mas de toda exploração de petróleo e gás natural, bem como utilização de recursos hídricos, royalties de Itaipu e exploração mineral;

Dividendos da União das estatais;

Receitas da dívida ativa da União.

Indicadores da Bahia

Os desafios do financiamento educacional se acentuam no Nordeste e, particularmente, nas áreas rurais da Bahia. Pelo Fundeb, a Bahia recebe complementação federal (VAAF) da ordem de R$ 6,3 bilhões, por se tratar de estado com muitos municípios de baixa arrecadação própria. Com a nova complementação VAAT, dos 417 municípios baianos, 396 devem recebê-la — evidência da dimensão dos desafios fiscais do estado.

Concluo reforçando que todos precisamos entrar nessa luta pelos 10% do PIB, para tirar do papel tanto essa meta quanto o Custo Aluno-Qualidade. Muito obrigado.

Profa. Nadia Fialho — Obrigada, professor Marcelino. O contexto histórico que você traz, e como ele incide sobre a realidade do nosso país e do nosso estado, é um delineamento muito importante. Vamos ouvir a seguir duas experiências sobre a Bahia, que confirmam, na vivência da realidade, os desafios e caminhos apresentados. Passo a palavra a Thereza.

Profa. Maria Thereza — Obrigada, professor Marcelino. Sua apresentação nos trouxe prazer pela qualidade e quantidade de dados e reflexões, mas também a dor de constatar quanto ainda falta para chegar onde queremos e precisamos. A dor e a delicia de sermos professores no Brasil hoje.

E agora vamos ouvir o professor João Danilo que é Mestre e Doutor em Educação pela UFBA, licenciado em Educação Física pela UEFS, professor da UNEB, membro do Conselho Estadual de Educação da Bahia, coordenador do Fórum Estadual de Educação da Bahia e Diretor Estadual da ANPAE.

A CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA

*Apresentação do professor **João Danilo**, referência na luta pela educação na Bahia, com atuação acadêmica e política.*

Prof. João Danilo — Bom dia. Quero cumprimentar a Academia de Ciências da Bahia, instituição que, de forma decisiva, fortalece o debate sobre educação, ciência e pensamento crítico em nosso estado. Falo aqui em nome do Fórum Estadual de Educação da Bahia — uma instância de articulação entre a sociedade civil, os movimentos sociais e o poder público que busca a formulação e implementação de políticas públicas que assegurem o direito de todos a uma educação de qualidade.

Minha fala se assenta em um trabalho de longo prazo do Fórum, coordenado pela professora Maria Couto, com a colaboração da professora Nádia Fialho, dedicado à avaliação do plano da última década e à construção de subsídios para o novo decênio, mobilizando 32 entidades representadas e contando com a relatoria das professoras Maria Couto, Nádia Fialho, Luzinete Lírio e Alda Pepe.

Educação como projeto de sociedade

Um plano de educação — nacional, estadual ou municipal — não é apenas um documento técnico que define objetivos, métodos e estratégias: é um projeto que traduz uma concepção de educação, uma concepção do papel do Estado e uma concepção de garantia de direitos. Visualizamos o Plano como um vetor de democracia, equidade e futuro. Pensar um projeto de educação não está desvinculado de um projeto de país; por isso, o exercício de construção do Plano Estadual de Educação da Bahia tem como referência o território onde vive o nosso povo e se vincula aos processos de desenvolvimento econômico, social, política e cultural, partindo da pergunta: que Bahia temos e que Bahia queremos ter?

Como já dizia Darcy Ribeiro, a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto — que traduz interesses específicos em manter a educação em crise, sem garantia plena de direitos e de qualidade. Essa fala de Darcy revela que, ao longo da história do país, a educação não foi um projeto de estado para garantia de direitos, a educação nunca é neutra, ela afirma um projeto de futuro sustentado por interesses que podem ser de poucos ou de todos. Portanto para construir o plano estadual temos que perguntar: que realidade temos e que realidade queremos construir e quais as concepções que devem norteá-lo.

Quatro pilares do Plano Estadual

PLANEJAMENTO

Os pioneiros da educação de 1932 já clamavam por uma política educacional de Estado, algo que até hoje não se concretizou efetivamente. O Brasil carece de ter a educação como uma política de Estado consistente — todas as vezes em que se avançou em direitos, perdeu-se em qualidade. O direito exige condições concretas e responsabilidade pública coordenada pelo Estado e não como política de governo, como exemplificado por estarmos no terceiro ciclo de planejamento desde a redemocratização;

POLÍTICA DE ESTADO

Assumir a educação como política de Estado pressupõe um regime de colaboração inquebrável entre União, estados e municípios na organização dos sistemas. Para se sustentar como política de Estado é necessário amparo legal que defina papéis, responsabilidades e assegure direitos. Nesse sentido é possível questionar, inclusive, a ideia de estarmos já num terceiro ciclo de Planos nacionais, se considerarmos que o primeiro, além de ter tido o veto do presidente à meta de financiamento, não teve também articulação para elaboração de planos sub-nacionais-estaduais e municipais. O segundo ciclo, apesar de marcado por rupturas como o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e o que houve nos seis anos seguintes, havia um projeto defendido por diferentes setores da sociedade que compreendiam o que era direito a acesso e qualidade em educação;

FINANCIAMENTO

Sem recursos e cooperação federativa não há democratização ou enfrentamento das desigualdades. Os dados apresentados pelo professor Marcelino evidenciam a persistência de profundas desigualdades econômicas e sociais e a dependência dos municípios baianos do Fundeb, o que indica a centralidade que esse tema adquire no Plano Estadual. Indica ainda a necessidade de enfrentar um cenário de financeirização da educação e da transformação do direito em mercadoria;

DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER

Educação significa acesso não só à escola, mas à ciência, à cultura e à formação humana plena.

A partir destes quatro pilares é importante salientar a dimensão da equidade: a Bahia apresenta forte concentração populacional nas periferias urbanas, é um dos estados brasileiros com maior índice de população em zonas urbanas, e concentra a maior população quilombola do Brasil, além de expressivas comunidades campesinas e indígenas — diferenças historicamente convertidas em desigualdades.

Reconhecer a existência, e traduzir no plano em objetivos e metas que valorizem a presença e fortaleçam o pertencimento de todos e de cada uma dessas comunidades.

Da mesma forma a dimensão qualidade: superar a visão restrita de qualidade centrada apenas no IDEB — uma fotografia parcial da realidade —, ampliando o conceito para infraestrutura escolar, formação docente, planos de carreira, acesso por concurso público, esforço docente e vínculo da escola com seu território garantindo o conceito de qualidade socialmente referenciada.

Estrutura institucional do plano

A missão do ciclo 2026-2036 é de articulação federativa, com o novo Sistema Nacional de Educação. A minuta do Plano Estadual da Bahia, já compartilhada com a Secretaria de Educação, a UNDIME, a Comissão Gestora Estadual, a Comissão Intergestores Bianual (CIB) e o Conselho Estadual, propõe 19 objetivos, 85 metas e 422 estratégias. É fundamental consolidar três dimensões estruturantes: o Plano Estadual e os planos municipais; o Sistema de Educação do Estado;

e o regime de colaboração entre estado e municípios — sem o que o plano se reduziria a uma carta de intenções. Esses objetivos, metas e estratégias são a parte objetiva do Plano, mas nunca é demais repetir que ele se sustenta em uma concepção de educação como direito inalienável e uma visão de sociedade que pressupõe formação para emancipação e enfrentamento das desigualdades que não são apenas econômicas mas também raciais, entre campo e cidade, comunidades tradicionais, população com deficiências o que se traduz em profundas injustiças sociais.

O processo de construção do novo Plano

A construção do novo Plano se deu a partir de uma teia com diversos atores. Em um movimento organizado desde as conferências estaduais preparatórias para a CONAE (Conferência Nacional de Educação) e das subsequentes 380 conferências municipais, quatro territoriais e duas etapas estaduais- uma presencial e outra online para debater qual o projeto de país e de educação que a CONAE nos provocava a construir.

Esse processo envolveu a articulação do Fórum com diversas instâncias e diferentes organizações, a exemplo da parceria com o governo do estado, com a UNDIME (União dos Dirigentes Municipais de Educação) representando os municípios, com os fóruns municipais, caracterizando assim um movimento de participação cidadã. Essa construção é fundamental para que o Fórum possa cumprir com sua finalidade e para garantir a concepção que dá base para o planejamento e para o processo de construção do Plano.

É importante destacar que o processo de construção do plano não necessariamente assegura a sua implementação. Para que isso ocorra é necessário avançar na consolidação do Sistema Nacional de Educação, é preciso um contexto político que assegure as conquistas e compromissos, lembrando que estamos em ano eleitoral o que nos leva à terceira condição que é a capacidade da sociedade civil organizada continuar mobilizada e com condições de influenciar.

Como síntese: o desenho do novo PEE se organiza a partir de cinco engrenagens estruturantes, a saber:

1
Territorialização;

2
Centralidade da Equidade;

3
Ampliação da qualidade;

4
Governança democrática;

5
Sustentabilidade e integração.

Destaco aqui o papel da educação científica e o vínculo com o trabalho da própria Academia de Ciências da Bahia na formação integral dos estudantes, defendendo que a alfabetização prevista no PNE — em língua portuguesa e matemática — deve se expandir para a alfabetização científica, corporal e artística, fatores crucias para a soberania do país.

Em síntese, buscamos um projeto de sociedade comprometido com a democracia e a justiça social; um projeto de Estado que respeite a diversidade territorial e identitária; um projeto de desenvolvimento sustentável, científico e soberano; e, por fim, um projeto de futuro entre o que temos e o que queremos para a educação da Bahia. Muito obrigado pela oportunidade.

Profa. Maria Thereza — Muito obrigada, Danilo — sua apresentação certamente nos provocou bastante. Tenho muita honra de representar hoje a Academia de Ciências no Fórum Estadual, buscando honrar quem me antecedeu e contribuir com esse Fórum tão dinâmico, envolvente e que tanto tem feito para uma elaboração participativa, democrática que tem relação com tudo que Danilo apresentou. Agradeço muito sua apresentação e vamos ouvir agora Maria Aparecida Menezes.

Profa. Nádia Fialho – Vamos ouvir a doutoranda Maria Aparecida Menezes em processo de formação e doutorado na Unicamp. Cida é mestra em Educação pela UFBA e tem graduação em Ciências Contábeis e Direito. É especialista em controle e repressão a desvios de recursos públicos e Auditora de contas públicas. Participa também de diversos grupos de pesquisa em diferentes instituições e desenvolveu uma importante dissertação de Mestrado onde um analisou uma problemática da renúncia fiscal. Com a palavra, Cida.

O OBSERVATÓRIO DE INDICADORES EDUCACIONAIS DO TERRITÓRIO DO SISAL

*Apresentação de **Maria Aparecida Menezes**, mestre em Educação pela UFBA, bacharel em Ciências Contábeis e em Direito, auditora de contas públicas, doutoranda pela Unicamp.*

Maria Aparecida Menezes — Bom dia a todos. Agradeço imensamente o convite e me sinto muito honrada de dividir este seminário com meus mestres — o professor Marcelino, referência constante em minha dissertação de mestrado, e João Danilo, liderança incansável no Fórum. Vou apresentar a experiência do território do Sisal.

Ter um projeto de educação não é garantia de que será executado em sua integralidade nem da forma como foi pensado: uma das razões para tal, é o ataque permanente às políticas sociais, não apenas à política educacional, em um discurso contra as proteções orçamentárias que amparam o custeio social, sobretudo na defesa do ajuste fiscal como forma de conter gastos sociais. Esta pressão se intensificou muito recentemente por estarmos em ano eleitoral, independentemente de qual seja o resultado das urnas, o que demanda atenção e capacidade de organização e mobilização para defender o projeto.

Contexto e metodologia

O Observatório de Indicadores Educacionais do Território do Sisal nasce da exigência constitucional, desde 1988, de planos decenais de educação, reforçada pela Lei nº 13.005/2014 (PNE 2014-2024), que impôs a estados e municípios a obrigação de elaborar e monitorar seus próprios planos — tarefa dificultada, sobretudo no nível municipal, pela falta de dados desagregados por município o que contribui para a impossibilidade de ter diagnósticos ou, quando existem, de não serem suficientes para a construção de planos sustentáveis.

O Território de Identidade do Sisal, formado por 20 municípios, criou o Observatório em parceria com o Núcleo Territorial Educacional 04 (NTE 04) e o Fórum Estadual de Educação, com o objetivo de diagnosticar a realidade do território e subsidiar a elaboração dos novos planos municipais.

A metodologia combinou pesquisa documental, entrevistas, rodas de conversa e formulários respondidos por gestores municipais, com colaboração das equipes técnicas de monitoramento dos municípios e do estado.

A análise foi sistematizada em nove dimensões: acesso, oferta, qualidade, modalidades de ensino, valorização docente, educação superior, educação profissional, gestão democrática e financiamento. Pesquisadores de universidades baianas foram convidados a realizar a análise quantitativa e qualitativa dos indicadores levantados junto à gestão dos 20 municípios. As principais dificuldades foram: a falta de dados desagregados por município, embora tivéssemos contado com a colaboração dos gestores dos municípios que forneceram dados administrativos para que conseguíssemos avançar; a descontinuidade das equipes técnicas em razão de mudanças de gestão municipal; e a baixa participação social.

Entre os resultados, destacam-se a sistematização de indicadores quantitativos e qualitativos por município e pela cobertura de todo o território; a disseminação de conhecimento pela criação de um repositório digital para elaboração de novos relatórios e planos e de informações para consulta de pesquisadores; a publicação de um e-book com 17 textos interpretativos sobre as dimensões analisadas — a ser lançado no Simpósio Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPAE), em Salvador, entre 14 e 18 de junho; e finalmente a constituição de um modelo de referência para todo o estado da Bahia.

O Território do Sisal é formado majoritariamente por pequenos municípios — do menor, Ichu, com 6.190 habitantes, ao maior, Serrinha, com 80.435 habitantes —, todos com menos de 100 mil habitantes, o que o coloca em situação de vulnerabilidade acentuada.

Diagnóstico da dimensão financiamento

A dimensão financiamento analisou os recursos vinculados e aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), o Fundeb no Território, as complementações VAAT e VAAF, a aplicação do Fundeb na remuneração dos profissionais da educação, o salário-educação e as transferências do PNAT, do PNAE e do PDDE.

MDE

Os municípios do território aplicam entre 25% e 32% em MDE, com baixa arrecadação própria e alta dependência de transferências — como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Municípios como Barrocas, Conceição do Coité, Monte Santo, Nordestina, Teofilândia e Tucano apresentaram os maiores esforços de aplicação entre 2015 e 2023. Parte expressiva dos municípios opera perto do limite mínimo de 25%, faixa considerada de risco, pois glosa de despesas podem comprometer o cumprimento desse percentual e resultar na reprovação das contas pelo Tribunal de Contas dos Municípios

Fundeb

Após leve queda entre 2015 e 2019 — período de desaceleração econômica, impeachment e da Emenda Constitucional nº 95/2016 —, o território registrou, em 2023, acréscimo de 79,4% em relação a 2019, em razão do novo Fundeb e da complementação VAAT, direcionada aos municípios mais pobres o que corrobora a informação de que a •região é formada por municípios pobres. Oito municípios tiveram aumento superior a 80% no recebimento da complementação;

VAAR

Nove dos vinte municípios do território não receberam essa complementação em 2023; os contemplados receberam valores modestos — reflexo de uma lógica neoliberal que transforma o financiamento educacional em disputa por prêmios, e não em instrumento pleno de garantia de direitos; poucos são os contemplados e muitos permanecem à margem do financiamento adicional;

Remuneração docente

A aplicação do Fundeb na remuneração dos profissionais de educação passou de 76% em 2015 para 79,76% em 2023 — acima do mínimo legal de 70% — mas, sem conhecer o quantitativo de profissionais e a estrutura de carreiras em cada rede, não é possível afirmar que esses percentuais se traduzam em valorização efetiva. Em dois municípios o cumprimento do mínimo tem sido garantido por meio de rateios, portanto distante de uma política permanente de valorização. É necessário planos de carreira sólidos e políticas estruturais que assegurem a valorização plena da docência para além do cumprimento formal dos percentuais;

PNATE

Houve aumento expressivo no repasse do PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar) em municípios como Conceição do Coité, Cansanção, Monte Santo e Serrinha — possível indício de expansão da rede urbana em detrimento da rural com possível fechamento de unidades, conforme já mencionado pelo professor Marcelino —, enquanto São Domingos, Nordestina e Lamarão registraram quedas drásticas, o que pode significar redução de matrículas.

Nas transferências do PDDE, Serrinha, Conceição do Coité, Monte Santo e Biritinga destacaram-se como maiores beneficiários, que são municípios de maior porte. Em contrapartida, houve municípios, justamente os menores, que receberam montantes muito infe-riores. Essa informação é importante pois indica que para receber as transferências do PDDE é preciso uma maior capacidade de gestão com equipes capacitadas em captação de recursos.

Considerações finais do diagnóstico

Houve ampliação de recursos e cumprimento do mínimo constitucional, mas persistem desafios relacionados à precariedade estrutural, a estudantes fora da escola e à desigualdade fiscal entre os municípios — os recursos atuais ainda são insuficientes para garantir educação com qualidade e equidade. A aplicação eficaz dos novos volumes de recursos do Fundeb depende de práticas administrativas sólidas e de capacitação dos agentes públicos, inclusive para a captação de recursos via PDDE; a transparência fortalece o controle social e a confiança na política educacional. Conselhos, fóruns e observatórios devem ser valorizados como fontes de diagnóstico, sobretudo diante da carência de dados desagregados por município nas bases do IBGE, do IPEA e do FNDE. A comunidade escolar precisa também participar das decisões e do acompanhamento orçamentário.

Agradeço a Marcos Fellipe Costa Marques, da Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação Municipal da Bahia (Sintrab) e a Maura da Silva Miranda, da Secretaria Estadual de Educação, pela colaboração nesta pesquisa da dimensão financiamento, coordenada pelo Observatório do Fórum Estadual, sob coordenação das professoras Maria Couto e Luzinete Lírio. Foi a primeira vez que a academia se uniu a gestores e servidores municipais e a conselhos, sem a intermediação de consultoria privada, para construir um diagnóstico aprofundado sobre a realidade de um território — um exemplo potente de gestão democrática.

Profa. Nádia Fialho — Obrigada, Cida. Esse trabalho do Observatório tem se constituído em um exemplo para muitos. O Fórum e gestores do território do sisal tem sido abordados por diversos municípios sobre a metodologia para fazer o diagnóstico. É necessário repetir a dificuldade que temos na Bahia para obtermos dados confiáveis, daí o trabalho do Fórum de buscar apoio de pesquisadores de diferentes instituições para a construção desses diagnósticos.

Antes de encerrar, quero destacar a participação de tantas pessoas de muitas e diversas localidades do estado da Bahia, o que revela a importância do tema.

PERGUNTAS DO PÚBLICO E RESPOSTAS

O webinário reuniu cerca de 70 participantes, com representações de 22 municípios baianos: Barreiras, Santana, Correntina, Valente, Conceição do Coité, Serrinha, Gandu, Porto Seguro, Gentio do Ouro, Macarani, Canavieiras, Palmas do Monte Alto, Jânio Quadros, Itapetinga, Itapicuru, Paulo Afonso, Filadélfia, Nova Soure, Água Fria, Cachoeira, Santa Luz, Valença e Pilão Arcado.



Pergunta do público (prof. Robert Verhine) — Como explicar a diferença relevante entre a meta 20 do PNE anterior (2014-2024), que tratava de investimento em educação pública, e a meta 19 do novo PNE (2026-2036), que trata de investimento em educação de forma mais ampla? Isso pode ser compreendido como um retrocesso?

Prof. José Marcelino de Rezende Pinto (resposta) — Bob, estivemos juntos no INEP em 2003 e 2004, quando realizamos a primeira pesquisa de Custo Aluno-Qualidade, coordenada tecnicamente por você, com equipe de nove universidades e nove estados da federação. De fato, essa mudança de redação representa um retrocesso — não apenas em relação ao PNE anterior, mas também em relação ao próprio documento da CONAE, cujo grupo de trabalho de financiamento foi coordenado por Nelson Cardoso do Amaral, então presidente da Fineduca, e que já indicava fontes concretas de financiamento, o trabalho já estava pronto.

Por isso, penso que sua pergunta deve ser mesmo o porquê. E a resposta está naquelas manchetes de imprensa que Cida apresentou que colocam o gasto social como responsável pelos problemas fiscais.

Gasto social tornou-se, no Brasil, uma espécie de tabu: o país paga uma das maiores taxas de juros reais do mundo — 7% do PIB em 2025 —, encargo que o novo regime fiscal não limita, ao contrário do gasto social e se atribui ao gasto social a razão do déficit público. Sabemos que o gasto social é o principal vetor de crescimento econômico e o Brasil precisa crescer. Some-se a isso o fato de que o Banco Central autônomo escapa ao controle direto do presidente eleito, e de que as emendas parlamentares fragmentam qualquer planejamento orçamentário de médio prazo, inclusive na área da educação. Essa estrutura institucional limita, no plano macroeconômico, políticas de fortalecimento e redução de desigualdade. É uma bela luta.

Aproveito para agradecer a pergunta de Bob que me deu chance de estender minha apresentação e a todos que compartilharam esse espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCERRAMENTO

Profa. Maria Thereza — Estou muito feliz com este trabalho de organização do debate, ao lado da professora Nádia e com essa pessoas fantásticas que aqui estiveram; Marcele trouxe toda a luta pela construção e aprovação do novo plano, mesmo com retrocessos e pontos de atenção, mas apontando para onde avançamos e para seguirmos lutando; Marcelino que trouxe tantos dados e informações sobre a dimensão financeira, essencial para nos ancorar no que precisamos fazer;

João Danilo trouxe a retrospectiva baiana esse estado complexo, difícil e enorme e o esforço para escutar, fazer o diagnóstico e produzir conhecimento para a construção de um plano que nos represente e que possibilite avanços; e Maria Aparecida trouxe o exemplo do território do Sisal, mostrando como um território vulnerável, de pequenos municípios, consegue produzir um diagnóstico potente sobre investimento e retorno educacional.

Um diagnóstico amplo do estado e o monitoramento do plano anterior foram realizados também pelo Fórum Estadual, com a equipe de pesquisa coordenada pelas professoras Maria Couto, Nadia Fialho, Luzinete Lírio e Alda Pepe, sob a coordenação geral do professor João Danilo.

Encerrando quero agradecer muito a Academia de Ciências da Bahia por abrir este espaço de debate sobre educação básica e aproveito para reiterar que esta Academia é diferenciada: está aberta a muitas áreas — cultura, arte, educação, ciências sociais, ciências naturais e ciências exatas.

João Danilo — Eu quero compartilhar o convite que recebi para a condecoração que o professor Verhine vai receber como professor emérito da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Registro também o convite para o painel que o professor Verhine propôs para o Simpósio da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), em Salvador, com o professor Nelson Cardoso do Amaral, já mencionado aqui pelo professor Marcelino. O painel será sobre o investimento dos 10% do PIB em educação, o Brasil precisa ou não desse investimento para ter a garantia do direito e a qualidade da educação assegurados? Será, sem dúvida um excelente debate.

Marcele Frossard — Agradeço novamente o convite e este momento tão esclarecedor sobre os planos e o financiamento da educação. Ressalto a importância da participação de todos e todas no processo, ainda em aberto, de organização dos planos subnacionais, e coloco a Campanha Nacional pelo Direito à Educação à disposição de todos.

Prof. José Marcelino de Rezende Pinto — Aproveito para registrar dois recados rápidos: a equipe da Educação Básica do MEC criou um painel de monitoramento que auxilia no diagnóstico dos municípios, assim como o Laboratório de Dados Educacionais do Paraná e a equipe do SIMCAQ (Simulador de Custo-Aluno Qualidade), instrumentos poderosos para o planejamento, pois permitem análise por escola e por município. Chamo atenção também para o fato de que nem todo município que recebe VAAT (Valor Anual Total por Aluno) é necessariamente identificado como pobre nas estatísticas usuais — e vice-versa: há municípios pequenos, como Teofilândia, que são pobres, mas não recebem a complementação, em razão das condicionalidades exigidas pelo Fundeb, que exigem capacidade de gestão nem sempre disponível em municípios com estruturas administrativas mais frágeis.

Parabenizo a Academia, e Danilo, Thereza e Nádia pelo trabalho à frente do Fórum Estadual. Obrigada e foi um prazer.

Maria Aparecida Menezes — Quero agradecer mais uma vez o convite da Academia de Ciências da Bahia — foi uma honra estar ao lado do professor Marcelino, e conhecer Marcele e João Danilo, liderança sempre desafiadora no Fórum. Sobre Teofilândia: muito provavelmente o município não conseguiu atender às diversas condicionalidades exigidas para receber a complementação — não basta ser pobre, é preciso também demonstrar capacidade de gestão, o que penaliza justamente os municípios com estruturas administrativas mais frágeis. Seguimos em frente com coragem.

Profa. Maria Thereza — Estamos terminando por aqui. Agradecemos a todos e até uma próxima oportunidade.

Prof. João Danilo — Parabéns, Nádia, parabéns Thereza. Parabéns à Academia.

REFERÊNCIAS

Documentos legais, técnicos e institucionais citados pelos participantes ao longo do webinário, padronizados conforme a norma ABNT NBR 6023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 set. 1996.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 dez. 2016.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Altera dispositivos constitucionais relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026-2036. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2026.

BRASIL. Lei Complementar nº 220, de 2025. Institui o Sistema Nacional de Educação (SNE). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2025.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Guia para a construção dos novos planos subnacionais de educação: balanço de avanços, lacunas e retrocessos do novo Plano Nacional de Educação em relação ao Plano 2014-2024. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, jun. 2026.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Financiamento da educação no Brasil: fontes e possibilidades. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), [informação verbal fornecida durante o webinário, sem edição específica indicada pelo expositor].

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2024, Brasília, DF. Documento final. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2024. Grupo de trabalho de financiamento coordenado por Nelson Cardoso do Amaral.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Estudo técnico sobre o Custo Aluno-Qualidade (CAQ). Brasília, DF: INEP, 2003-2004. [Informação verbal fornecida durante o webinário.]

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Education at a glance. Paris: OECD Publishing. [Edição não especificada pelo expositor durante o webinário; dados de gasto por aluno em paridade de poder de compra citados em informação verbal.]